

# Educação e perversão

**A**pobreza avançou no Brasil, desde o início da década de 80, na proporção de 43,48%. Este é o dado mais clamoroso do relatório do Banco Mundial sobre a situação dos países do Terceiro Mundo — em que o nosso país surge em posição destacada entre aqueles com maior desigualdade na distribuição de renda.

Discorrendo sobre este e outros números, no Recife, o economista Michel Michaly, do Bird, colocou o dedo na ferida ao apontar a falta de uma política educacional entre as responsáveis pelo descalabro social a que elites despreparadas e economicamente predatórias conduziram o Brasil.

A inexistência de um projeto articulado que vise à formação de cidadãos capazes ultrapassa, porém, os limites da estupidez do Estado. Os próprios profissionais envolvidos no processo educacional demonstram, muitas vezes, absoluta inconsciência quanto ao papel fundamental que cumprem no preparo das novas gerações. Presos a uma visão estreita de sua profissão, cujo foco passa a ser a luta sindicalista por melhores ganhos, mostram-se míopes aos prejuízos que sua ação — ou omissão — pode acarretar para centenas de milhares de jovens.

Queremos nos referir especificamente aos professores do Distrito Federal, que nos últimos quatro anos paralisaram as aulas da rede de escolas públicas em oito greves, num total de 188 dias pa-

rados. Reportamo-nos aos professores da rede oficial, que hoje, mais uma vez, cruzam os braços e deixam sem aulas mais de 350 mil estudantes — esquecendo-se de que movimentos do mesmo tipo podem ser apontados como responsáveis pelo despreparo irreparável a que esses jovens foram reduzidos tendo em vista a dura competição do vestibular e da própria vida.

O surrado discurso paternalista de que o professorado é uma categoria profissional oprimida e humilhada por salários de fome torna-se inaceitável diante do quadro acima. E não se trata de considerar justas ou injustas as reivindicações dos mestres do DF — embora seja irresistível a lembrança de que seus níveis salariais são superiores aos de professores da Universidade de São Paulo, com doutorado e tudo. Trata-se de voltar os olhos para a situação perversa a que tais greves conduzem — pois punem com decréscimo da qualidade do ensino exatamente aquela camada de estudantes mais carente, a matriculada nas escolas públicas.

Dizíamos ontem, nesse mesmo espaço, que os interesses da sociedade não podem ficar subordinados às conveniências de grupos ou categorias profissionais. Em se tratando de ensino, este princípio precisa se impor com urgência em nosso país, sob pena de continuarmos a corar de vergonha diante de declarações como a feita pelo economista do Bird.